Negócios

Compromissos ambientais assumidos pelo País estão alterando a perspectiva para geração. Mas enquanto fontes de baixa emissão de gases podem ser beneficiadas, outras devem perder espaço

Nuclear e carvão seguem com baixa presença na matriz devido aos custos

ENERGIA ELÉTRICA

Jéssica Kruckenfellner
São Paulo
jessica.moraes@dci.com.br

Apesar da pressão dos representantes do setor, a participação na matriz elétrica de usinas nucleares e das térmicas a carvão deve continuar limitada devido aos altos custos.

Com os acordos ambientais assumidos pelo Brasil recentemente e a concorrência com fontes mais baratas e limpas, como gás natural e eólica, o carvão perde competitividade. Já a fonte nuclear depende de aportes.

De acordo com o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Barroso, o planejamento do setor não descarta nenhuma fonte de geração, mas as termelétricas a carvão enfrentam alguns entraves. "O maior desafio é o relacionado às emissões. Este desafio, no entanto, pode ser precificado caso o Brasil adote uma taxação de carbono, que permitiria esta tecnologia competir com outras precificando explicitamente esta externalidade", disse ele. A alternativa, entretanto, elevaria ainda mais o custo das termelétricas ligadas a carvão.

Atualmente, as usinas a carvão representam somente 3% do Sistema Interligado Nacional (SIN), conforme dados do último boletim gerencial da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

"Nossas reservas de carvão são de baixa qualidade e as usinas termelétricas a carvão são as mais poluidoras entre todas as fontes. Como o Brasil tem a opção de térmicas a gás natural, é compreensivo que a política energética não priorize esta fonte não renovável", avaliou o professor do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Nivalde de Castro.

Para o presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM), Luiz Ancan, como o despacho de energia elétrica pelo SIN está baixo, em função do consumo retraído, as termelétricas a carvão no Sul do País não estão sendo muito demandadas. No entanto, ele defende o carvão como uma fonte que garante segurança de fornecimento frente ao avanço da geração renovável por fontes intermitentes, como eólica e solar.

"As térmicas da EDP e da Eneva estão operando a pleno no Nordeste, porque lá está sem água para hidrelétrica e o carvão está salvando a região", afirmou. Ancan disse ainda que o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2024 indica ser necessária a entrada de mais usinas a carvão no Sul.

Mas no PDE 2024 as térmicas são citadas como alternativas, "em caso de inviabilidade" da expansão da geração a gás.

Um dos dispositivos que atenderia ao pleito da ABCM, incluído na Medida Provisória 735 sobre o setor elétrico, previa a criação de um programa de modernização do parque termoelétrico com geração carvão, incluindo a implantação de novas usinas a partir de 2023 até 2027. Mas o artigo foi vetado na conversão da MP na Lei 13.360/2016.

O Ministério de Minas e Energia (MME) informou ao **DCI** por e-mail, que as fontes hidrelétrica, solar e eólica são as prioridades. "O que se alinha com o compromisso assumido pelo País na COP 21 (a Conferência do Clima de Paris), de aumentar até 2030 para 18% a participação de biocombustíveis na matriz, e expandir o uso de energia gerada por renováveis, além da energia hídrica, para ao menos 23% da matriz", citou o MME.

FÁBIO MOTTA/ESTADÃO CONTEUDO

A Eletronuclear quer atrair investidores para retomar as obras da usina de Angra 3 no Rio de Janeiro

Tecnologia

Já a fonte nuclear, embora não tenha as emissões de gases de efeito estufa como um problema, enfrenta o alto custo e a competição com as termelétricas a gás. "O único grande e difícil problema é o custo da energia nuclear em relação às outras fontes que o Brasil tem condições de construir, como térmicas a gás, e pelo fato de o Brasil ser um país em desenvolvimento com renda *per capita* baixa. Investir numa fonte muito mais cara não parece ser lógico dentro da preocupação de modicidade tarifária", explicou Castro, da UFRJ.

Dados do boletim da Aneel mostram que hoje a fonte nuclear corresponde a 3,1% da geração elétrica no País. A maior responsável por essa fatia é a Eletronuclear, subsidiária da Eletrobras. A estatal luta para atrair investimentos para dar continuidade
construção da usina Angra 3, no litoral do Rio de Janeiro, enquanto enfrenta denúncias de corrupção e falta de recursos.

"A expectativa é chegar a uma solução ainda em 2017, para as obras serem retomadas entre o fim do ano e início de 2018. E as decisões da COP abrem mais espaço para a contribuição da energia nuclear na matriz, sem dúvida", disse o diretor de gestão e meio ambiente da Eletronuclear, Leonam dos Santos Guimarães.

De acordo com ele, os estudos para retomada de Angra 3 incluem a possibilidade de entrada de investidores externos. "A questão é qual será a modalidade dessa participação, se via investimento direto, via participação nos resultados", explicou o executivo.

No dia 15 de dezembro, o presidente da Eletronuclear, Bruno Baretto, assinou um memorando de entendimento com a China National Nuclear Corporation (CNNC) para uma possível parceria nas obras de Angra 3. No documento, as duas companhias se comprometeram a avaliar formas de atuar em conjunto no projeto, mas sem estabelecer obrigações. Companhias de países como França e Rússia também estão em contato com a estatal brasileira para discutir possíveis parcerias em Angra 3.

3,0%
É a participação das termelétricas a carvão na geração total de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN), segundo o último boletim gerencial da Aneel.

3,1%
É o quanto a geração de energia nuclear representa em relação ao total produzido pela matriz elétrica brasileira neste ano, informou a Aneel em boletim gerencial.

23%
Deve ser a parcela de energia gerada a partir de fontes renováveis na matriz brasileira até 2030, sem incluir hidrelétricas, se o País cumprir o Acordo de Paris.

Scania projeta crescimento de 12% no pós-venda para 2017

CAMINHÕES

Juliana Estigarríbia
São Paulo
julianae@dci.com.br

A Scania tem investido para elevar a participação do pós-venda no faturamento da empresa no Brasil. Em 2016, a montadora registrou expansão de 7% no segmento e, para este ano, a projeção é de um crescimento de 12%.

Em entrevista ao **DCI**, o diretor de vendas e serviços da Scania do Brasil, Fábio Souza, explicou que a montadora elevou o faturamento do pós-venda mesmo com a queda do fluxo de caminhões nas rodovias, movimento decorrente da retração econômica.

"Não queremos apenas vender caminhões, mas prover soluções", garante.

Para tanto, o executivo afirma que o caminhão precisa ficar o menor tempo possível na oficina para reparos. "Queremos não só reduzir o custo operacional do cliente, mas também o tempo que o veículo fica parado", comenta.

A fim de ter sucesso, Souza conta que a montadora oferece principalmente dois pacotes: manutenção preventiva e um tipo *premium*, que também abrange serviços corretivos.

"Nesta modalidade, o cliente paga por quilômetro rodado. Portanto, quanto menos rodar, menos vai pagar, uma ferramenta que se encaixa perfeitamente na crise", pontua.

Outra estratégia adotada pela marca é oferecer peças remanufaturadas com a mesma garantia das novas. Souza esclarece que as concessionárias da Scania oferecem primeiro o remanufaturado, que custa de 30% a 50% mais barato que a peça nova. "Só não vendemos remanufaturado se não houver em estoque", garante. Para ter acesso a esse serviço, porém, é preciso deixar a peça antiga em condições de reforma.

Rede de atendimento

A Scania já implantou o processo de padronização do pós-venda em 30 pontos de atendimento da marca em todo o País. A previsão é que, até o final deste ano, todos os 122 estabelecimentos da rede estejam em conformidade. "Conseguimos reduzir em até 75% o tempo de um caminhão na oficina. Isso é redução de custo para o proprietário", diz Souza.

O executivo acrescenta que, apesar da crise, a Scania não fechou nenhum ponto de venda. "Estamos investindo R$ 70 milhões na rede e a meta é atingir 139 estabelecimentos até 2020", acrescenta.

Souza conta que, diante do alto índice de inflação, aumento expressivo dos custos no País e variação cambial, uma das tarefas mais difíceis da empresa tem sido administrar a tabela de preços.

"Avaliamos em cada linha de produtos se vale a pena praticar o reajuste. Caso penalize demais o cliente, optamos por não fazê-lo", assegura.